## Breve história da política cultural paulistana

identificação, por atividade econômica, do cadastro predial.

As pesquisas realizadas com as famílias dos alunos dos parques infantis traçaram os perfis da origem por nacionalidade e região do Brasil, dados sobre organização da família e analfabetismo. Foram criados indicadores para instalação de equipamentos públicos na área da cultura, lazer e esportes. É interessante notar que, diante da inexistência de órgãos de planejamento municipais, coube ao Departamento de Cultura e às nascentes faculdades de Ciências Sociais gerarem, ainda que não tivessem sido demandadas, informações úteis para políticas públicas na cidade. O Plano de Avenidas implementado pelo prefeito Prestes Maia, por exemplo, segundo testemunho de Paulo Duarte (1985), baseou-se em muitas das informações levantadas pelos trabalhos da Divisão de Documentação Social, que chegaram a ter ampla divulgação nacional e internacional. Em 1937, por exemplo, Sergio Milliet participou do II Congresso Mundial de Populações, realizado em Paris, com o trabalho "A representação dos fenômenos demográficos",5 desenvolvido pelo Departamento de Cultura, pelo qual recebeu menção honrosa em virtude da estratégia inovadora de pensar a gestão pública integrada à cultura.

A atribuição de produzir, preservar e divulgar documentos concernentes à memória de São Paulo também foi desenvolvida pela Divisão de Documentação e, ao que tudo indica, é a origem do atual Departamento do Patrimônio Histórico do Município, criado em 1975, e que hoje abriga o Arquivo Histórico, a Divisão de Iconografia e o Museu da Cidade. Atualmente, o DPH também é responsável técnico pela política de preservação, conservação e tombamento de bens históricos, implementada pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio – Conpresp, criado em 1985.

A elaboração do projeto para o patrimônio histórico nacional também iniciou-se a partir da ação do Departamento de Cultura de São Paulo. Restrito ao âmbito municipal, o Departamento havia desenvolvido iniciativas

voltadas para pesquisa e divulgação da história da cidade de São Paulo e para guarda dos registros do patrimônio imaterial paulista e brasileiro coletado pelas Missões Folclóricas, organizadas por Mário de Andrade. Conforme se vê no artigo 6º da lei que criou o Departamento, era tarefa da nova instituição "recolher, colecionar, restaurar e publicar documentos antigos, material e dados históricos e sociais que [facilitassem] as pesquisas sobre a história da cidade de São Paulo, suas instituições e organizações em todos os domínio da atividade" (Duarte, 1985). Essas iniciativas locais levaram o ministro da Educação, Gustavo Capanema, a solicitar para Mário de Andrade a elaboração de um anteprojeto de lei para criação de um serviço de proteção ao patrimônio histórico brasileiro, o qual daria origem ao Decreto-Lei no 25, de 30 de novembro de 1937, que criava o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Sphan.

A saída de Fábio Prado da Prefeitura, por intervenção da ditadura do Estado Novo, comprometeu a continuidade de boa parte dos planos do Departamento de Cultura, que sofreu, a partir de então, constantes modificações no decorrer dos anos. No entanto, no final dos anos 40, vários de seus antigos diretores e colaboradores podiam ser encontrados em outras iniciativas culturais, tanto privadas como públicas. A grande contribuição da curta experiência do Departamento de Cultura foi a elaboração de um sistema de gestão cultural, compatível com o processo de modernização e urbanização da cidade. Esse sistema induziu a formação de outras instituições a partir dos planos organizados e, ao mesmo tempo, inviabilizou procedimentos intuitivos que apareciam, vez ou outra, ao sabor de interesses diversos. Os dois grandes museus, fundados no final dos anos 40, por exemplo, resultaram da iniciativa de setores emergentes da sociedade paulistana. Em 1947, Assis Chateaubriand, jornalista paraibano e proprietário da primeira grande rede de comunicações do Brasil, fundou o Museu de Arte de São Paulo - Masp. No ano seguinte, foi criado o Museu de Arte Moderna – MAM, que contou, desde o início, com a participação ativa dos intelectuais que atuaram no Departamento de Cultura,

Cultura e Território 11